SF
SABER E FÉ
40

Aviso importante!

Esta matéria é uma propriedade intelectual de uso exclusivo e particular do aluno da Saber e Fé, sendo proibida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, exceto em breves citações com a indicação da fonte.

COPYRIGHT © 2015 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - SABER E FÉ

40

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

FABIO ARAÚJO



Versão da matéria: 1.0

Nossas matérias são constantemente atualizadas com melhorias e/ou possíveis correções.
Para verificar se existe uma nova versão para esta matéria e saber quais foram as alterações realizadas acesse o link abaixo.

www.saberefe.com/area-do-aluno/versoes

Sumário

03 ▶ Introdução

05 ▶ Capítulo 1 ▼ Os primórdios da filosofia
06 ◘ A religiosidade e o ser humano
09 ◘ O conceito de realidade para Platão e o idealismo de Hegel

10 ▶ Capítulo 2 ▼ Princípios e teorias sobre como alcançar o conhecimento
10 ◘ Racionalismo
12 ◘ Empirismo
13 ◘ A intersecção entre o racionalismo e o empirismo
15 ◘ Deísmo
17 ◘ A imanência e a transcendência de Deus

19 ▶ Capítulo 3 ▼ Sistemas filosóficos que negam a existência de Deus

25 ▶ Capítulo 4 ▼ A formação do pensamento pós-moderno
30 ◘ O conceito de verdade e seu relacionamento com as religiões

32 ▶ Capítulo 5 ▼ O problema do mal

37 ▶ Capítulo 6 ▼ O universalismo e o aniquilacionismo

41 ▶ Conclusão

44 ▶ Referências bibliográficas

▼ Introdução

Esta matéria tem como objetivo trabalhar conceitos presentes na teologia e na filosofia e cruzar informações partindo das perspectivas de cada uma delas. É um estudo sobre as questões da "filosofia da religião". Para isso, teremos de começar tratando de elucidar conceitos tanto da filosofia quanto do fenômeno religioso.

Nesta dinâmica, temas existenciais profundos e questionamentos que perseguiram a humanidade desde os primórdios serão discutidos e colocados em destaque. Isso se torna necessário pelo fato de as duas disciplinas tratarem de buscar respostas contundentes aos enigmas da história humana.

A matéria "filosofia da religião" nasce de uma tentativa de justificar racionalmente a religião (um princípio tomista, como veremos adiante). Isso não é ofensivo à fé e muito menos significa que exista uma tentativa de reduzir a religião ao nível racional. É simplesmente um esforço para que a razão e a fé possam caminhar juntas e respondam a estas perguntas em regime de cooperação.

No início da era da Igreja, a filosofia não era vista com bons olhos, o que acontecia, principalmente, por causa dos gnósticos do primeiro século. Pensadores da cultura helênica tentavam fazer uma associação entre conhecimento e salvação. Ou seja, os mais sábios eram os que alcançavam o favor divino. O incômodo se dava porque essa teoria era um grande entrave à pregação do evangelho, cujo teor de sua mensagem era a graça (favor não merecido).

Com o passar dos séculos, surgiu a idéia de que a filosofia sempre era raiz de heresias e desvios para os que se encontravam na sã doutrina (ou para os que pretendiam se enveredar por ela). Por esse motivo, a filosofia enfrentou a resistência de alguns cristãos do primeiro século. Anos depois, alguns mestres da Igreja primitiva esboçaram um diálogo entre a filosofia e a teologia (religião), percebendo que ambas tinham muita coisa em comum.

Hoje, temos certeza que esta "parceria" é bem-vinda, uma vez que as duas trabalham com conceitos semelhantes, perguntas semelhantes e apresentam grande interesse pelo exercício mental, pelo ato de pensar. Filosofia e religião podem, definitivamente, caminhar juntas e concentrar esforços.

Os temas a serem discutidos estão (e sempre estiveram) nas rodas de discussão dos pensadores e nas obras escritas por grandes filósofos da humanidade: a existência de Deus, o problema do mal, o conhecimento da verdade, a conciliação entre fé e razão, entre outros temas.

Durante toda a história houve um esforço humano por elaborar sistemas de pensamento que tratassem destes temas de relevância reconhecida. Essas tentativas acabaram por se tornar obras literárias de grande valor para o pensamento humano, pois registram a forma como os filósofos de determinada época tentavam explicar e lidar com esses questionamentos que influenciavam a humanidade em seus dias.

Esses pensadores agrupavam suas idéias em obras que levavam em consideração toda a forma de pensar de uma época, realçando alguns aspectos relevantes para seus dias e deixando de lado outros que não causavam tantos incômodos. A importância de se considerar cada filósofo e seu contexto é a visão que podemos ter a respeito de como a sociedade de seus dias encarava a realidade da filosofia e, particularmente, da religião.

Esta será, em resumo, a forma de se comparar as teorias e os sistemas de pensamento. O que se pretende obter ao final desse estudo é um material básico a respeito das questões mais elementares da "filosofia da religião", um estudo a respeito das conclusões que alguns grandes nomes da humanidade tiraram sobre o assunto e das perspectivas cristãs quanto a toda esta discussão.

Como objetivo último há uma preocupação em situar o aluno na história da formação do pensamento ocidental e fazê-lo compreender a forma como a mente do homem moderno funciona. Outra contribuição que o módulo pretende dar está relacionada à formação de cristãos que entendem a fé e a filosofia e se sentem capacitados a dialogar sobre as questões que envolvem tanto uma quanto a outra.

Capítulo 1

▼ Os primórdios da filosofia

Enquanto Israel e Judá passavam pelo período de monarquia e posterior cativeiro, acontecia na Grécia algo que seria o berço da civilização ocidental. Homens começaram a levantar perguntas a respeito da existência humana, dos deuses, da origem do Universo e da vida.

Em Israel havia a revelação de Deus, que trazia todas estas respostas de caráter existencial para os questionamentos do povo escolhido. Israel pôde elaborar seus conceitos com fundamentação nos Escritos que eles já tinham à disposição. Na realidade grega, porém, havia somente o mito.

O mito era caracterizado pela tradição oral e por epopéias (histórias de heróis) que contavam a respeito da origem de tudo: vida, Universo, deuses, etc. Também a questão do mito carregava uma característica bem peculiar: ninguém tinha informação sobre sua origem, seus autores, sua fundamentação. O mito simplesmente existia e era transmitido de geração em geração.

Nesse período de mitos e heróis, alguns homens, que passaram a ser chamados de filósofos, iniciaram este exercício de questionamento. Sua atuação foi dividida basicamente em dois períodos: Pré-Socráticos e Socráticos. No primeiro grupo entram Anaxímenes, Heráclito, Anaxágoras, Parmênides e Anaximandro, entre outros. Sócrates inicia o período que leva seu nome, seguido por Platão e Aristóteles, sendo estes três de grande destaque para o período.

Mais do que ter orgulho por se tornarem célebres em sua comunidade, os filósofos tinham real prazer no exercício do pensar. A finalidade dessa atividade, altamente reconhecida em seus dias, era buscar respostas para o sentido da vida, para a realidade pós-morte, para descobrir o que é o amor, entre outros questionamentos. O amor desses filósofos pelo saber era tanto que a prática de cobrar valores para ensinar os mais novos, como faziam os sofistas, era rejeitada pelos verdadeiros pensadores. Quem era filósofo comprometido com a ética e com a sociedade ensinava gratuitamente, por prazer.

Quando pensamos na busca de respostas para conceitos, devemos mencionar a realidade grega como uma comunidade de destaque. Foi a civilização que realmente se incomodou com essas questões e que não se mostrou satisfeita com o trivial, o banal. Talvez, seja esta uma razão para que Cristo tenha vivido pouco tempo depois dos filósofos, em uma região bem próxima dali, da Grécia. A sociedade greco-romana dos tempos de Jesus, presente na Europa, no Oriente Médio e no Norte de África, era uma sociedade que clamava ansiosamente por respostas.

A religiosidade e o ser humano

Também é necessário falar sobre religiosidade e culto para compreendermos corretamente a "filosofia da religião", pois não é um conceito tão simples.

Podemos começar destacando que a religiosidade é parte integrante do homem. Faz parte da imagem e semelhança de Deus em nós, e é um diferencial entre o homem e o resto da criação. Somos seres religiosos, que buscam ter contato com a divindade, que buscam o transcendente.

A origem da palavra religião está relacionada a "religar" ou "ligar de novo". O conceito é oriundo da necessidade que o ser humano tem de encontrar-se novamente com Deus. Dizemos "novamente" porque a "queda" nos delegou uma condição diferente da presença de Deus em relação à original (Gn 3.1-24). Enquanto o trabalho da teologia é reconhecer a religião como uma necessidade surgida no pós-queda, a "filosofia da religião" procura encontrar outras tantas razões para o surgimento de tal fenômeno (dependendo do teórico ou filósofo em questão).

Para que se possa aprofundar questões sobre religiosidade é necessário mencionar o espírito do homem. Vamos adotar como "espírito" a diferenciação existente entre o homem e o restante da criação. O homem possui capacidade que envolve aspectos altamente subjetivos, como, por exemplo, o culto, a música, a arte, a oferta, a adoração, etc. Para que o conceito de espírito e, conseqüentemente, o conceito de religiosidade se tornem mais claros, tomaremos como exemplo a provisão material e sua importância para o ser humano.

Consideremos que, nos tempos mais antigos, um indivíduo tenha deixado cair uma semente no chão, em uma terra com condições favoráveis. Então descobre que, com o passar de algumas semanas, a semente germina e, depois de um tempo, dá origem a um fruto que serve como alimento. Um belo dia, depois de realizar o processo repetidas vezes, o que vinha garantindo seu sustento, a chuva não cai e ele passa a correr riscos de não ter sua provisão. Diante disso, confecciona instrumentos de percussão e entoa cânticos para uma divindade que julga ser capaz de mandar a chuva necessária.

Um exemplo mais contextualizado se dá quando um indivíduo, depois de semanas procurando um emprego, resolve entrar em um templo de uma instituição religiosa e se juntar a outras tantas pessoas que apresentam suas petições a uma divindade. Ele já fez o que era necessário: leu o jornal de domingo, anotou as vagas de seu perfil e passou por entrevistas na segunda-feira. Mas quando tudo isso parece não adiantar, quando a oportunidade não chega, a saída é recorrer a uma divindade, fazer uma promessa, entrar em correntes de oração, realizar trabalhos em um centro espírita, etc. Essa atitude de buscar o favor divino é estritamente espiritual, é exclusiva do caráter humano e é alvo de estudo da "filosofia da religião".

É importante também mencionar que existem diferenças entre o religioso/cultual e o folclórico/cultural, isso porque muito do que é considerado religioso em nossa sociedade não passa simplesmente de prática cultural, social. Como exemplo clássico, temos a cerimônia religiosa do casamento. Em muitos e muitos casos, não há a mínima atenção para o valor religioso característico dessa cerimônia. Para um grande número de pessoas, tal ritual, que deveria ser um pedido de bênçãos diante de Deus, não representa mais do que belos trajes, uma festa com amigos, parentes e boa música.

A verdadeira religião carrega consigo aspectos fundamentais a respeito da vida, questões existenciais profundas e respostas aos mistérios que nos perseguem. Religião envolve entrega, culto, adoração, confiança, clamores, etc. Cultura é cultura; religião é religião.

Pode-se também mencionar e fazer algumas considerações sobre a distorção na religiosidade. Isso acontece porque, desde a "queda", o ser humano desenvolveu diferentes formas e tentativas de se relacionar com o divino. O fenômeno religioso se mostrou bem diferente no decorrer dos séculos, quando analisado em diferentes épocas e culturas. As diferenças acabaram por se tornar evidentes e o resultado é o surgimento de diferentes mitos, diferentes rituais, para a adoração e honra de diferentes deuses. Vale a pena mencionar alguns casos interessantes e pitorescos.

Podemos começar com a realidade em Israel, seu relacionamento com Deus e com outras divindades. Os israelitas foram privilegiados, pois foi com eles que Deus iniciou o seu plano de salvação. Eram o povo da promessa segundo a linhagem de Abraão, Isaque e Jacó. Por conta disso, Israel teve um contato com Deus absolutamente diferente dos outros povos. Foi a Moisés, no deserto de Midiã, que Deus se revelou pela primeira vez como YHWH, com o intuito de comissionar o levita para a libertação do povo que estava no Egito.

E foi justamente esse povo, que saiu do Egito, que teve a oportunidade de ver a atuação de Deus de maneira maravilhosa, e isso desde a sua libertação do cativeiro até a entrada na terra separada por Deus (e posteriormente também). A verdade é que, ao entrarem na terra prometida, houve uma ordem expressa da parte de Deus para que Israel não se contaminasse com as divindades locais.

Além disso, Israel tinha um papel de destruição naquela região, isso porque os povos dali tinham o costume de sacrificar crianças aos deuses daquela terra. A rejeição de Deus a esta prática era total e absoluta.

Com o tempo, ficou claro que Israel não se livrou totalmente daquelas abominações. O que acontecia ali era um "henoteísmo". O henoteísmo fica caracterizado quando há uma divindade principal (no caso de Israel, Deus) e outras divindades responsáveis por outras questões, outros aspectos da vida humana. Um exemplo clássico em Israel era Baal, deus cananeu, que não foi exterminado da cultura local e, por esse motivo, acabou fazendo parte da cultura de adoração em Israel. Baal era o responsável pela produtividade na colheita, porque, segundo seus adoradores, era o deus da fertilidade. Moloque e Astarote também foram deuses daquela terra que acabaram influenciando os israelitas.

Em se tratando de distorção religiosa, não podemos deixar de citar, ainda que brevemente, o caso dos gregos. Havia, na Grécia, um henoteísmo que reconhecia Zeus como deus principal e uma série de outros deuses em volta desse soberano. E isso é especialmente interessante pelo fato de o panteão grego ser constituído de deuses que se relacionavam de forma impressionantemente próxima com os humanos. Existiam, inclusive, semideuses que eram fruto (segundo o mito) de relações sexuais entre deuses e humanos. Hércules era um caso destes, filho de Zeus com uma humana.

Mas isso não é tudo. Havia, no panteão grego, outra peculiaridade: os deuses tinham sentimentos e falhas exatamente como os seres humanos. As divindades cometiam deslizes sexuais, mentiam e praticavam atrocidades. A comunidade divina não era dotada de uma moral nobre. Muito pelo contrário, os casos reprováveis no mito grego eram constantes. Alguns estudiosos dizem que a formação do panteão grego era simplesmente uma desculpa para que a sociedade realizasse tudo o que tinha vontade de fazer, mas sentia-se incomodada. Sua escapatória para agir em contrariedade à moral presente em seu coração era afirmar que os deuses também agiam daquela forma. Na verdade, os deuses gregos pareciam ser um reflexo do tipo de sociedade que os gregos desejavam viver, inclusive com suas corrupções.

Considerando estes exemplos de distorção religiosa, faz-se desnecessário mencionar que as culturas de todo o mundo desenvolveram suas próprias formas de relação com o divino. É entregue à "filosofia da religião" a tarefa de analisar a maneira como esses fenômenos se relacionam, reconhecer alguns princípios comuns a que estão submetidos e observar o modo como as diferentes épocas interpretaram essa prática humana de estabelecer para si objetos de adoração; ou seja, deuses.

Considerando a filosofia e a religiosidade, podemos iniciar uma incursão pela "filosofia da religião". A partir de agora, os esforços serão no sentido de reconhecer como as diferentes escolas de pensadores e as diferentes filosofias fazem suas associações entre a filosofia e o fenômeno religioso. Além disso, todo este material será pontuado pela visão cristã teológica.

O conceito de realidade para Platão e o idealismo de Hegel

Já foi mencionado, no início deste estudo, que a filosofia grega influenciou o pensamento futuro. O que também se deve destacar é que nesse grupo de pensadores estava um dos homens que mais influenciou a história da filosofia e, conseqüentemente, do Ocidente. Platão (427–347 a.C.) era de Atenas, cidade grega de relevância histórica para a filosofia e a democracia. Suas idéias atravessaram séculos, influenciaram filósofos, teólogos, pensadores e cientistas de todo o mundo, em tempos e épocas diferentes.

A grande contribuição de Platão para os diversos pensadores e para a filosofia de modo geral foi sua visão e sua perspectiva sobre o que é real e o que não é. Para Platão, este mundo em que vivemos, este Universo em que estamos inseridos, não passa de um mundo de sombras. Não no sentido de que são trevas (relativo ao mal), mas sombras de uma realidade espiritual. Sua teoria sustenta que a realidade é espiritual e nós somos reflexos desta realidade espiritual, como uma pessoa que gera uma sombra no chão: somos a sombra que tal pessoa gera e a realidade de fato é a própria pessoa.

Por mais que se discutisse, por mais que se atacasse, por mais que se tentasse superar, a teoria de Platão continuou influenciando os filósofos gregos e de todo o mundo, por vários e vários séculos, até os dias de hoje. Agostinho, um dos pais da Igreja, foi fortemente influenciado pela filosofia platônica.

Um pensador mais recente, George Hegel (1770–1831), fez vasta utilização das teorias de Platão para defender seu "idealismo". Adota-se por idealismo a corrente de pensamento que sustenta que os valores espirituais são superiores e mais nobres do que os valores materiais.

Hegel procurava defender que tudo é espiritual, e que a atividade religiosa humana é Deus chegando à autoconsciência, por isso é um dos filósofos mais difíceis de se compreender, e essa complexidade teve papel fundamental na aceitação de suas teorias.

O idealismo teve receptividade não só na Alemanha (terra de Hegel), como também na Inglaterra e até mesmo na América do Norte. Isso acontecia pelo fato de Hegel ser um filósofo prestigiado, complexo, e dar enorme valor às questões espirituais. O cristianismo se mostrava agradecido ao pensador que preservava as questões sobrenaturais (subjetivas) dos ataques dos materialistas e secularistas.

Hegel e sua teoria tornaram-se notáveis pela complexidade. Alguns pensadores, inclusive, afirmavam que ele não conseguiu, em toda a sua vida, se expressar com clareza. De qualquer forma, sua obra teve credibilidade e sua perspectiva da realidade tinha algum fundamento.

Capítulo 2

▼ Princípios e teorias sobre como alcançar o conhecimento

Já foi mencionado que a cultura grega é a origem de muitas formas de pensar dos teóricos da história. Na Grécia foram esboçadas as teorias que influenciaram quase todos os pensadores que viriam a surgir no futuro. Como o grande tema da filosofia é o exercício mental, por meio do qual se busca o conhecimento, as diversas escolas filosóficas investiram bastante de seus esforços nesse sentido.

Sem uma razão específica, esta parte do estudo — sobre o conceito de "conhecimento" — será iniciada com a perspectiva racionalista sobre o assunto.

◘ Racionalismo

Para compreender o racionalismo, é necessário entender o momento histórico vivido por seus proponentes. Depois da reforma religiosa que tomou lugar na Europa (século 16), passou-se a buscar uma forma de pensamento que abrisse mão de todos os dogmas religiosos que regeram quase a totalidade da Idade Média. Essa época foi marcada pela imposição de conceitos por parte da Igreja Católica e da adoção destes conceitos pela sociedade, o que gerou subordinação absoluta das comunidades às autoridades eclesiásticas. Tudo o que fosse determinado pela Igreja era aceito sem discussões, questionamentos ou até mesmo raciocínio. A Igreja, como representante do transcendente, tinha poderes quase que absolutos.

Esse período subseqüente à Reforma causou um grande abalo nas estruturas de autoridade. Suas conseqüências se fizeram presentes não só no campo religioso, mas também nos campos social, político e cultural. O esboço do pensamento racionalista surge depois que a Reforma "agitou" o contexto europeu. Seus expoentes também tinham um caráter cético em relação à capacidade da religião para responder às perguntas existenciais humanas. E é justamente nesse contexto de rupturas e mudanças que surge o racionalismo.

O racionalismo entendia, em resumo, que tudo, de forma absoluta, poderia ser julgado à luz da razão. Por implicação, há a tese de que quando se aplica a razão à realidade humana não sobra nada além da natureza e dos fatos. O sobrenatural é aniquilado, exterminado! Os esforços do racionalismo eram impulsionados pelas grandes descobertas nos campos da geometria e da lógica. Passou a existir a idéia de que estas ciências tinham poder sobre todas as questões do Universo e que todo o conhecimento se encontrava em fórmulas matemáticas.

É evidente que "o nome do racionalismo" é o francês René Descartes (1596–1650), homem extremamente capaz em várias ciências, mas que se tornou célebre por seu pensamento filosófico e por suas contribuições à geometria. Descartes e o pensamento racionalista consideravam como correto e verdadeiro tudo aquilo que coubesse em uma comprovação matemática, uma fórmula capaz de dar uma resposta objetiva, sem margem de erros.

Segundo esse pensamento, tudo aquilo que não está dentro desses padrões, posteriormente apelidados de "cartesianos", não pode promover conhecimento ou respostas fidedignas. A fidelidade no conhecimento depende de respostas matemáticas, lógicas, que descartem as dúvidas.

Esta relação íntima e profunda com a dúvida levou Descartes a proferir sua mais famosa frase ou dedução: "Penso, logo existo" (*Cogito, ergo sum*). Isso aconteceu pelo fato de Descartes passar a duvidar da existência da realidade. Preocupado com essa possibilidade — de a existência ser uma grande ilusão — ele encontrou conforto na equação "Penso, logo existo". O simples fato de ele pensar era uma prova de que, de fato, ele existia, de que não era uma ilusão.

Havia, inclusive, uma fórmula lógica para explicar Deus. Para esta outra "expressão matemática", o filósofo fez uso de dois argumentos para comprovar a existência de Deus: o argumento causal (de que a existência de um ser finito — homem — subentende a existência de um ser infinito — Deus) e o argumento ontológico (a idéia da existência de um Ser perfeito subentende sua existência). Descartes, então, montou um sistema que consistia em relacionar estes dois argumentos a um terceiro. Deduziu que se Deus existe e é perfeito, então Deus não enganaria o homem, deixando-o pensar que vive em uma realidade de ilusão.

Outro nome de relevância do pensamento racionalista foi Benedito de Spinoza (Spinoza). Sua estrutura filosófica também era baseada em fundamentação lógica e racional. Mas sua concepção do divino (ou de Deus) era substancialmente diferente da de Descartes.

Sua proposição dizia que havia uma única Substância em que tudo se encontrava envolvido. E esta Substância poderia ser Deus, ou a Natureza, sem que houvesse uma diferenciação clara. Para aqueles que pensam que este princípio se encaixaria em uma concepção cristã (de que tudo está dentro de Deus) é necessário deixar claro que Spinoza não reconhecia neste Deus uma pessoa e que seu relacionamento não era, de forma alguma, pessoal.

Mas nesse contexto de racionalismo e ceticismo há uma luz que brilha: Blaise Pascal (1623–1962), um cientista que argumentava com proposições filosóficas. Todavia, sua fundamentação não era voltada para as comprovações da existência de Deus, pois afirmava que Deus não se explica com razão, mas se sente com o coração. Matemático e católico, Pascal era (apesar de ser acusado de banir todas as considerações intelectuais em favor do desejo de crer), de fato, um pensador.

Fazia oposição aos racionalistas e destacava que as provas da existência de Deus eram absolutamente diferentes da forma de os homens raciocinarem. Quanto ao ato de crer e conhecer a Deus, dizia que, para os racionalistas, tudo o que poderia ser obtido pela curiosidade seria perdido por causa do orgulho. O racionalismo, a bem da verdade, foi um movimento mais presente na Europa continental. Na Grã-Bretanha, os filósofos da atualidade entendem que uma outra linha de pensamento foi mais importante para aqueles dias: o empirismo.

◘ Empirismo

O empirismo foi o movimento de mais força na Europa insular (ilhas britânicas) e caracterizava-se pelo experimentalismo. Não tão preocupados com o papel que as fórmulas e os sistemas matemáticos poderiam desempenhar, os empiristas davam especial importância aos experimentos e às experiências. Afirmavam que uma declaração de lógica pura só poderia ser efetivamente verdadeira quando colocada à prova pelos experimentos, o que tornava os sentidos extremamente relevantes para o empirismo. Como pensadores de maior destaque para o empirismo há um inglês, um irlandês e um escocês.

■ John Locke (1632–1704)

Era inglês e estudou em Oxford quando jovem. Sua teoria fundamentava-se na relação existente entre a mente humana e a experiência. Afirmava que a mente não carrega em si dados recebidos no nascimento, mas no decorrer da vida, pelas experiências, e que esses dados não são totalmente claros à mente. Antes,

precisam ser interpretados pela mente para que toda a informação que tenha contato com os sentidos possa fazer algum sentido e representar, de fato, alguma coisa.

Em sua relação com a fé, apresentava sua visão sobre Deus e as questões religiosas da seguinte forma: a existência de um único Deus está de acordo com a razão, pois é possível chegar a esta conclusão pela experiência e pela reflexão; a existência de mais de um Deus é contrária à razão, pois está em desacordo com todas as idéias claras da mente; e a ressurreição dos mortos está acima da razão, pois não se pode chegar a esta resposta por princípios racionais.

■ **George Berkeley (1685–1753)**

Era um gênio. Nasceu na Irlanda. Com vinte e dois anos de idade era membro do conselho do Trinity College, em Dublin, e, aos vinte e oito, já tinha quase totalmente completa sua obra filosófica. Em resumo, sua teoria afirmava que não há como comprovar efetivamente a existência da realidade material, pois a única ferramenta de que dispomos é o contato desta realidade com os nossos sentidos, os quais nos fazem tirar nossas conclusões particulares, sem que o objeto em si seja algo concreto em si mesmo. A realidade é, na verdade, uma interpretação que os nossos sentidos fazem do contato que têm com a matéria.

■ **David Hume (1711–1776)**

Esse escocês foi mais estimado como historiador do que propriamente como filósofo. Era extremamente cético e empregava a razão até os limites para comprovar sua limitação, sua ineficiência. Como crítico da religião, tinha opiniões ferozmente contrárias a milagres e coisas desta natureza. Afirmava ser tudo muito improvável.

◘ A intersecção entre o racionalismo e o empirismo

■ **Immanuel Kant (1724-1804)**

Quando falamos de racionalismo na Europa continental e empirismo na Grã-Bretanha, somos obrigados a citar um filósofo que elaborou suas teorias algum tempo depois, mas de importância fundamental em qualquer estudo sobre o assunto: Immanuel Kant (1724–1804), o "elo" entre os pensamentos racionalista e empirista.

Kant trabalhava com uma teoria relativamente simples: a razão era totalmente capaz para explicar a realidade material, nada além disso. Nesta dinâmica, a mesma razão que não pode provar a existência de Deus também não pode negá-la. Esse é um dos temas abordados em uma de suas obras, *Crítica da Razão Pura*. Ainda dentro de sua perspectiva religiosa, Kant alegava o seguinte: se o homem vivia um tempo de iluminação moral (Iluminismo), era desnecessário que desse ouvidos a um conselheiro celestial (Deus) que lhe diria o que fazer. O próprio senso ético e a razão do homem poderiam lhe dizer o que fazer e como agir.

Em todas essas teorias elaboradas pelos filósofos do pós-reforma, ficam evidentes as intenções de buscar respostas sobre o conhecimento; como alcançá-lo e ter certeza sobre sua eficiência. Todas elas, ainda, se revelam tendenciosas, demonstrando um pouco do caráter do filósofo e seus pressupostos religiosos e culturais.

Quando consideramos a perspectiva cristã do conhecimento, talvez a melhor palavra para abordar o assunto seja "equilíbrio". Observando as teorias que envolvem razão, experiência e fé percebemos que qualquer exagero ou ausência desses elementos proporcionam um cristianismo que não podemos classificar como saudável. Consideremos as razões que nos levam a pensar de tal maneira.

A teologia sistemática se dedica a relacionar a informação existente na Revelação, para que haja sistemas compreensíveis sobre Deus e tudo o que ele tem para revelar a seu próprio respeito. Nada do que é revelado deve permanecer no campo da teoria, sem que possa passar para a realidade experimental. Deus é vivo e as Escrituras tratam de apresentar um Deus que pode ser percebido, sentido, e cujo contato está disponível aos homens.

A forma como isso se relaciona com a razão é fundamental, porque essa experiência, disponível aos homens, está sempre condicionada a uma razão já revelada. Ou seja, experiências não podem ser comprovadamente vindas da parte de Deus se não estiverem dentro de um sistema racional já estabelecido previamente (Escrituras). Então, há um envolvimento entre razão (um sistema de idéias que orienta o homem) e experiência (Deus podendo ser sentido e experimentado, sempre condicionado à forma como ele próprio se revela). Qualquer experiência diferente das que se mostram compatíveis com o que Deus revela sobre si mesmo não são tidas como fidedignas, uma vez que se tornam condicionadas à subjetividade absoluta.

A questão da fé passa a ser fundamental neste sistema, já que é a fé quem abre as portas que separam o natural do sobrenatural. A fé permite que haja naturalidade em perceber que nem tudo no mundo é passível de ser explicado pela razão ou por sistemas lógicos. Na perspectiva cristã, a fé é requisito básico para que se possa agradar a Deus (Hb 11). Crer no sobrenatural é primordial para que haja qualquer discussão teológica sobre o conhecimento. Em resumo, a fé cristã entende que os argumentos em favor da existência de Deus (ontológico, teleológico, cosmológico, etc.) não são completos e não comprovam a existência de Deus até que se experimente Deus. Trata-se de argumentos racionais que carecem da fé, da crença no sobrenatural.

Por mais que soe como loucura, parece que a existência de um Deus que tem um filho humano e o entrega em favor da humanidade (1Co 1 e 2) só pode ser compreendida como uma resposta racional e coerente para esclarecer as questões existências humanas por aqueles que "provam" de Deus.

Em última análise, razão, experiência e fé são partes integrantes do cristianismo e devem caminhar em harmonia. A razão, porque somos seres racionais, que fazem uso da lógica e da coerência para tomar decisões. A experiência, porque Deus deve ser sentido e não comprovado. E a fé por duas razões principais: 1) É a ligação entre aquilo que faz sentido e aquilo que não faz sentido (1Co 2.14); 2) Agrada a Deus (Hb 11.6).

Deísmo

O pensamento pouco otimista dos empiristas sobre as limitações do pensamento humano e da capacidade do ser humano em compreender e alcançar a verdade não era compartilhado pela esmagadora maioria de seus contemporâneos, os outros filósofos britânicos. Por esta razão, os escritos empiristas, particularmente os de Hume, não receberam a atenção que seus proponentes desejavam que lhes fosse dada (pelo menos naquele tempo).

Para muitos estudantes e interessados por tais assuntos, a filosofia do século 18 era o empirismo. Mas essa idéia estava longe de alcançar consenso entre os pensadores daqueles dias. Hume, Locke e Berkeley não receberam tanta atenção em seus dias como aconteceria no futuro. Na época em que tiveram a oportunidade de expor suas teorias o pensamento mais aceito e difundido era o deísmo.

O termo "deísmo", em nossos dias, tem um significado específico. Trata-se de uma linha de pensamento que crê, de fato, na existência de um Deus, porém, este Deus é visto como um proprietário que mora em outro país. Não há possibilidades de contato, envolvimento ou qualquer tipo de interatividade com este Deus. Ele está incomunicável. Quando pensamos no deísmo como é entendido hoje, pensamos em uma realidade de impessoalidade total em relação a Deus.

O deísmo dos séculos 17 e 18 era bastante diferente em suas proposições iniciais. Quando consideramos a concepção inicial do deísmo, o nome mais aceito, como sendo seu "criador", é Lord Herbert de Cherbury (1583–1648), que tratava do assunto de forma semelhante a Tomás de Aquino.

Lord Herbert afirmava que algumas noções básicas e comuns já estavam impressas no ser humano pela ação divina. Estas noções estão totalmente dissociadas de qualquer credo ou revelação especial e têm a finalidade de levar à religião verdadeira. Nestas impressões estão algumas "orientações" primárias para o ser humano em relação a Deus, como, por exemplo, a própria crença em Deus, o dever do homem em adorar este Deus, o enaltecimento das práticas da virtude e da piedade, o caráter maligno e nocivo do pecado e o arrependimento como única forma para que este pecado seja expiado.

Também seria um princípio básico inerente ao ser humano a noção da existência de uma realidade vindoura, com recompensas para os que alcançarem o favor divino e punições para os que não se encontrarem neste primeiro grupo. Estas são idéias que até têm algo de semelhante com o que postularam Descartes ou até Spinoza, mas Lord Herbert foi adiante, tentando estabelecer uma relação entre estes princípios e a revelação de Deus.

Idéias como as de Lord Herbert se assemelhavam às dos platonistas de Cambridge, grupo que se caracterizava por entender que a razão humana era uma dádiva de Deus, pois capacitava os homens a julgar a verdade tanto da religião natural quanto da religião revelada. Também nutriam um desgosto especial pelos calvinistas (que diziam ser fanáticos), pois o Deus apresentado pelos calvinistas era um Deus arbitrário, enquanto o Deus que se propunham a apresentar era um Deus racional.

Durante esse tempo, quando a teologia natural estava em voga, os poderes da razão também foram enaltecidos e colocados à prova por um cientista que cravaria seu nome de forma especial na história das descobertas: Sir Isaac Newton (1642–1727). Foi acadêmico de Cambridge e formulou as teorias da gravidade, do cálculo diferencial e da análise da luz branca. Em suas conclusões, quando de seus experimentos e incursões pelo campo científico, Newton entendia que a razão nos leva a crer que existe um ser incorpóreo, vivo, inteligente e onipresente.

Nestes casos (Lord Herbert, platonistas, e Isaac Newton), a teologia natural tinha um aspecto apologético, com uma finalidade clara de sustentar e apoiar a religião e o pensamento cristão. Por mais que o resultado final tenha sido pouco ortodoxo — menos tradicional —, a intenção desses pensadores não encontrava pontos de discordância de grande porte em relação à totalidade do que se pensava sobre a fé cristã.

Com o passar do tempo, a teologia natural começou a tomar um novo curso. Deixava de ser um apoio para a filosofia cristã e direcionava-se para uma racionalização da religião natural. Homens que tiveram representatividade neste movimento foram John Toland (1670–1722) e Mathew Tindal (1655–1733).

Tindal já era idoso quando publicou uma obra que teve grande impacto na fundamentação teórica do deísmo. Sua argumentação principal dizia que o evangelho não deveria ser levado a ensinar nada que não estivesse ao alcance da razão e da natureza. Nesta dinâmica, algumas doutrinas deveriam ser banidas, como, por exemplo, as doutrinas da queda, do pecado original e da expiação. A religião aceitável, dizia ele, era a que considerava e prezava um proceder com moderação e com respeito à natureza de cada indivíduo.

O capítulo final para que o deísmo fosse tido como um movimento de força foi interrompido por Joseph Butler (1692–1752). Bispo no Norte da Inglaterra, sua obra filosófica trabalhava no sentido de considerar tanto a naturalidade da religião quanto a sua revelação. As afirmações apresentadas por ele consideravam que a probabilidade está presente em cada aspecto da vida, não podendo ser ignorada. O deísmo, nessa época, já estava em baixa e o próprio Hume, com algumas obras, contribuiu para que se desse fim a qualquer tentativa de estabelecer a filosofia deísta de forma contundente e poderosa.

A imanência e a transcendência de Deus

Outro aspecto fundamental que não pode deixar de ser destacado é o fato de estar, àquela época, havendo um mover do Espírito Santo no Reino Unido. John Wesley, que não poderíamos deixar de mencionar, representa uma geração de pessoas pouco preocupadas em trazer explicações complicadas a respeito de um Deus que deve ser sentido, provado e experimentado. Esse avivamento espiritual, que se iniciou na Inglaterra e atravessou o Atlântico, chegando aos Estados Unidos com Jonathan Edwards (1703–1758), foi de suma importância para que esse sistema filosófico, o deísmo, não encontrasse meios para prosperar.

O avivamento espiritual pelo qual passaram o Reino Unido e a América do Norte é um dos movimentos mais relevantes do século 18 e seu lugar na história foi determinante para o futuro de nações como os Estados Unidos e a Inglaterra e, conseqüentemente, para a história do cristianismo. Seguramente, o mundo não seria como é hoje (tanto em caráter político quanto em caráter religioso) se não houvesse o avivamento espiritual que ocorreu durante esse período, quando o deísmo tentava achar seu lugar na história da filosofia.

Sob uma perspectiva cristã, é fundamental que se destaque a existência de um Deus transcendente e, ao mesmo tempo, imanente. Por mais que o deísmo tenha se dividido em diferentes correntes (fruto de suas diferentes fases), o princípio que algumas delas defendia — de um Deus incomunicável — deve ser rejeitado.

A Palavra nos mostra um Deus que se revela, que deseja ser encontrado e que quer um relacionamento com o homem. Neste pensamento, temos de concordar com o princípio de que todo homem tem dentro de si uma vontade de se encontrar com Deus. Esta idéia — de um encontro com Deus — é, de fato, parte integrante do ser humano. Deus é vivo e está disponível a nós.

A imanência de Deus é a capacidade e a vontade divinas de interagir com sua criação. O mundo não foi feito para ser deixado à mercê dos ventos e das correntes,

como um barco de pequeno porte no oceano. Reafirmando: a imanência de Deus é justamente esta relação de interatividade entre Deus (soberano) e sua criação, alvo de sua graça e ação. As filosofias ou religiões que se proponham a apresentar uma realidade humana em que estamos todos por nossa conta e risco são fatalistas e absurdas. Não passaríamos de animais evoluídos e a história seria um acontecimento sem o menor sentido. Quando se desconsidera a imanência de Deus, a história se torna absurda e incompreensível.

Também é absolutamente necessário que seja trazida alguma luz sobre a transcendência de Deus, que está ligada à diferença que deve existir entre a onipresença e a pessoalidade do Todo-Poderoso. Devemos começar este assunto tratando com mais atenção o termo "onipresente".

A onipresença de Deus sempre foi classificada como um conceito que afirma que Deus está presente em todos os lugares (Sl 139.5-10), conceito que se aprende desde a escola dominical. Repetindo: Deus é onipresente, logo, está em todos os lugares. A verdade é que este conceito deve ser tratado com bastante cuidado, para que não incorramos em erro. Talvez, a melhor explicação para o conceito de onipresença de Deus seja a afirmação que "Deus pode estar em qualquer lugar que deseja estar". Assim, fica extremamente claro e evidente que não há nada em oculto para Deus, ao mesmo tempo em que é feita uma separação entre Deus e sua criação.

A transcendência de Deus está justamente neste conceito de que Deus não é a sua criação. Deus não está em todas as coisas, em todos os objetos, em todas as pessoas, em todos os lugares, etc. Deus é transcendente. Ou seja, não se mistura com o que criou. Deus é Deus. A criação é a criação. A diferença deve permanecer clara. Apesar de toda a criação subsistir em Deus (At 17.28) e em Cristo (Cl 1.17,19), eles, no entanto, não são parte da criação. Não são criaturas. São eternos, criadores.

A doutrina da transcendência de Deus deve ficar muito clara para que não haja nenhuma tentativa de associar a fé cristã ao "panteísmo". Esta palavra tem origem no grego e é resultado da união de duas outras palavras: *pan* (tudo ou todo) e *theos* (deus). O panteísmo é a tentativa de defesa de que todas as coisas são uma pequena fração de Deus, de que Deus está em tudo. É uma linha de pensamento que trata Deus com incrível impessoalidade. A essência de Deus estaria disseminada (espalhada) em toda a natureza. A natureza seria a expressão máxima da revelação de um Deus impessoal que não existe além daquilo que vemos, tocamos e enxergamos.

Capítulo 3

▼ Sistemas filosóficos que negam a existência de Deus

De uma forma ou de outra, o ateísmo sempre esteve presente na história da humanidade. Podemos fazer tal afirmação pelo fato de que há, informalmente, dois tipos de ateísmo. O primeiro deles podemos apelidar de ateísmo prático, que se manifesta da seguinte maneira: não se fala em Deus, não se pensa em Deus, não há preocupações a respeito de Deus, não há explicações a respeito de Deus, etc.

Este tipo de ateísmo não tem uma atitude de agressividade ostensiva em relação a Deus. O que ocorre é uma atitude de agressividade para com Deus, devido ao caráter indiferente com que trata as questões relacionadas a Deus e suas implicações. Na verdade, simplesmente não trata de nada a respeito de Deus. Para este grupo, Deus não existe, ou pelo menos vive como se Deus não existisse. Seu ateísmo se caracteriza de forma absolutamente prática. Este tipo de ateu sempre existiu, e sempre existirá.

A verdade é que a manifestação do ser humano em caráter de indiferença para com a pessoa de Deus é tão ofensiva quanto uma atitude de agressividade ostensiva. Essa afirmação é verdadeira à medida que o indivíduo indiferente se encontra em uma condição diferente daquela para o qual foi estabelecido na criação: ser um adorador apaixonado. O ser humano tem papel de adorador na história e qualquer outro posicionamento que adotar — seja de indiferença, negação ou ódio para com Deus — o coloca em uma condição distorcida, incompleta e ofensiva.

Há, no entanto, outro modelo que pode ser classificado de "ateísmo teórico", que é o que carrega o nome oficial e o termo surgiu por volta do século 16. Seus maiores expoentes são oriundos da Prússia (atual Alemanha). Os teóricos aqui analisados são bem conhecidos por suas obras e pelo impacto que ainda causam na nossa sociedade: Marx, Freud e Nietzsche.

■ **Karl Marx (1818–1883)**

Era filho de pais judeus que vieram a se tornar luteranos no futuro. Durante um tempo, Marx estudou Direito, em Bonn, mas abandonou o curso para aprender filosofia e história em Berlim. Teve contato com o jornalismo ao fazer parte da equipe de redatores de um jornal em Colônia, mas, por uma série de razões, inclusive a censura, a instituição foi fechada e Marx foi expulso da Alemanha. Morou na França e na Inglaterra. E foi em sua passagem por Paris e Londres que teve maior contato com a miséria do proletariado. Sua obra mais famosa, *O capital*, foi escrita em Londres e editada com a ajuda de Friedrich Engels (1820–1895).

Marx é um filósofo de grande representatividade. Sua teoria tem abrangências culturais, religiosas, sociais, econômicas e filosóficas. Seus escritos acabaram por se tornar a base da formação de nações inteiras, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (e de alguns outros países). Um exemplo disso temos quando Lênin, líder-fundador do Partido Comunista na Rússia, ao falar a respeito de Marx e de sua teoria, manifestou-se dizendo que os trabalhos desse filósofo reuniam o que de melhor a humanidade já havia produzido: filosofia alemã, economia política inglesa e socialismo francês.

Grande parte da teoria de Marx teve influência do pensamento de Hegel. O próprio Marx dizia que Hegel havia influenciado todos os vivos, porém, sua tese rejeitou o idealismo em si. Enquanto Marx aceitava alguns dos conceitos de Hegel, o centro da teoria hegeliana era repudiado. Marx também destacava que não basta compreender o processo histórico, antes, é preciso transformá-lo (uma tentativa de dissolver o conservadorismo característico da teoria de Hegel).

Outro ponto de choque na teoria de Marx é que Marx reconhecia a dialética envolvendo o homem e a natureza. Todavia, entendia que o homem, antes de ser consciência, é matéria, é corpo, com necessidades materiais. Enquanto Hegel sustentava que o material era o ideal traduzido para a realidade física, Marx afirmava que o ideal era o material traduzido para a realidade da consciência.

Quanto à questão religiosa, Marx tinha uma teoria bem peculiar. Segundo dizia, a religião oferece libertação ilusória. É um movimento de caráter rebelde contra as injustiças que desvia a atenção para o outro lado, ou seja, o além. É incapaz de tomar medidas para a vida presente. Em suas afirmações, somente a revolução do proletariado industrial seria capaz de realizar as transformações necessárias e dispensar o consolo da religião. Para Marx, a religião é uma fuga para um mundo ilusório, uma alienação.

A questão a respeito do ateísmo de Marx talvez seja mais simples do que parece, pois seu ateísmo é anterior à sua teoria socioeconômica. Podemos entender então que o ateísmo de Marx não é resultado de sua filosofia, mas, sim, pressuposto. Marx não conclui, depois de anos de estudo e fundamentação teórica, que Deus não existe. Ele simplesmente toma esta tese como informação inicial para seu pensamento.

Considerando a filosofia marxista, há muito a ser dito, em diversos aspectos. Ficaremos satisfeitos em dar um breve parecer a respeito da questão religiosa. De forma absolutamente simplificada, Marx tem um lado positivo e um lado negativo. É bem verdade que, muitas vezes, a religião lança para o além algumas questões que merecem atenção maior. Isso acontece de forma bem clara no que diz respeito ao carro-chefe da teoria marxista: as relações socioeconômicas.

Pensando nos acertos, a questão da alienação abordada por Marx é, de fato, interessante. Quanto a este assunto, destacamos que o cristianismo também é para a vida presente. A indignação contra a injustiça e a miséria deve ser uma preocupação da Igreja para a atualidade. A Igreja não pode permitir que as questões de "salvação eterna" e de "libertação" sejam o único consolo para a injustiça social, a miséria, a pobreza e coisas desta natureza. A justiça, para as questões sociais, deve, de fato, ter importância para o pensamento cristão.

Do lado negativo, Marx cai nos mesmos erros da grande maioria dos filósofos. Resolve estabelecer (ou concluir) que o próprio homem é a solução de seus problemas. Pensar que o fim da exploração, por parte dos industriais, e o fim da propriedade privada podem colocar os homens em condições nunca experimentadas anteriormente é utópico. Todavia, Marx não estava considerando sua teoria como utopia e, por conta disso, o sistema comunista-marxista mostrou-se falho. No fim das contas, houve, na teoria de Marx, um erro gravíssimo: o indivíduo não tem valor, só o sistema. O indivíduo perde sua identidade para ser um pequeno parafuso de um enorme maquinário. Alguns anos depois de Karl Marx, foi a vez de outros filósofos alemães tentarem assassinar Deus.

Talvez, o mais agressivo deles tenha sido Friedrich Nietzsche.

■ Friedrich Nietzsche (1844-1900)

Filho e neto de pastores luteranos, nasceu na Prússia (Alemanha). Depois da morte de seu pai, foi morar com sua mãe, sua avó e duas tias. Ou seja, em um ambiente extremamente feminino. Estudou teologia, filosofia e filologia, até que recebeu indicação para ser professor na Universidade da Basiléia (Suíça). Alguns anos depois, teve de renunciar ao posto de catedrático por razões de saúde, quando passou a ficar em casa. Segundo alguns, além da doença mental de que era portador por razões hereditárias, tinha sífilis.

Era discípulo de Arthur Schopenhauer, filósofo com quem teve contato na universidade de Leipzig, e amigo do famoso compositor Wagner (de quem se distanciou após a escolha de Wagner pelo cristianismo).

Nietzsche tinha uma vida boêmia e secreta, e seus escritos têm mais caráter de profecia do que de filosofia. A maioria de suas obras é dedicada ao ateísmo,

seja de forma direta ou indireta. Tinha como ideal enaltecer uma raça superior que encontrasse prazer na força, no poder e na sujeição de outros. Um tipo de "super-homem". Na propagação das idéias do III Reich alemão (nazismo), suas obras eram distribuídas com o objetivo de identificar a raça ariana nesse "super-homem" idealizado pelo filósofo. Também vale mencionar que Nietzsche não era nazista ou anti-semita.

Em relação à sua obra, era pouco sistemático. Seu material é sabidamente desorganizado e desconexo, mas escrito com eloqüência destacável. Em um de seus escritos afirma que a religião (qualquer uma) nasceu da necessidade. E sustenta, ainda, que a religião só passou a existir por causa dos erros da razão. Afirma que Deus foi morto e que há uma necessidade de a sociedade passar a traçar seu destino sem que exista qualquer menção a Deus. O "super-homem", desligado de Deus, tem de nascer.

Entre suas obras mais famosas, encontram-se: *Assim falou Zaratustra*, *O anticristo* e *Genealogia da moral*. Em todas elas, o pensador expressa toda a sua indignação contra o cristianismo e sua proposta de enxergar superioridade na fraqueza, em oferecer a outra face, em amar os inimigos. Seu pensamento se resume a uma única expressão: "Deus está morto".

Completando o quadro dos pensadores da filosofia alemã do século 19 devemos mencionar o chamado "pai da psicanálise moderna": Sigmund Freud.

■ **Sigmund Freud (1856–1939)**

Nasceu na Moravia, mas cresceu e passou sua vida em Viena. De família judaica ortodoxa, revelou-se ateu convicto em sua maturidade. Apesar de já ser ateu antes de desenvolver sua teoria psicanalítica, encontrou em suas conclusões explicações que entendeu serem razoáveis para responder às questões da religião como sendo uma grande ilusão.

Sua teoria também dava importância especial às questões da sexualidade, de fundamental relevância para que se possa compreender a natureza humana com todas as suas implicações. Em seus estudos, sustentava que todas as dificuldades que o ser humano tem são originárias de desvios que se davam em uma das distintas fases da vida (oral, anal, fálica, entre outras fases). Tais desvios eram chamados por ele de neuroses, e tinham diversos aspectos. Sob a perspectiva de Freud, a religião nada mais é do que uma neurose, ou seja, um desvio mental.

Para que se aborde a questão da religião em Freud, é necessário mencionar seu sistema de *id*, *ego* e *superego*. Correndo o risco de resumir demais a teoria do filósofo, por conta do espaço, tentaremos explicar, em algumas linhas, o que o pensador levou anos para elucidar.

Freud entendia que a mente humana, ou intelecto (ou, ainda, *psique*), possuía algumas "divisões internas". Segundo ele, o *id* está ligado aos instintos mais primitivos presentes em nós, aos desejos que nos vêm à mente sem que haja nenhum "filtro", ao prazer, à libido. O *superego* é o elemento que reúne as proibições que existem desde a infância e que, durante esse período, era desempenhado pelos pais (ou educadores). Ou seja, é uma espécie de consciência que vai estipulando o que é "certo" e o que é "errado" durante a vida. Na fase adulta, o papel do *superego* pode ser desempenhado por alguém que se admira: um grande mestre, um patrão, etc. No fim das contas, o *superego* nada mais é do uma realidade repressora que nos faz pensar: "O que *fulano de tal* pensaria de mim se eu fizesse isto?". E, por fim, há o *ego*, que é o mediador entre o *id* e o *superego*. O *ego* está em contato constante com a realidade e regula os conflitos entre os outros dois (o *id* e o *superego*). O *ego* é que avalia os desejos do *id*, pondera as restrições do *superego* e realiza ou não os desejo do *id*.

Nesta dinâmica freudiana, Deus não existe. Ou seja, Deus é uma invenção do homem, um "superego universal" que tenta tolher os desejos humanos. Deus é uma ilusão repressora e a religião, uma formulação de sistemas que dão pessoalidade a este elemento que existe dentro da mente humana. Seguindo esta linha de raciocínio, a religião também é um lugar para onde costumam se retirar todos aqueles que se encontram iludidos na vida e se sentem fracos para enfrentá-la. Na religião, o homem foge da dura realidade, escondendo-se em um mundo ideal da infância. Aos olhos de Freud, a religião é uma nostalgia que o homem tem de um Pai onipotente que consola e protege a sua vida. Assim, o fundamento da religião seria o desamparo infantil do ser humano. Freud tinha, inclusive, uma explicação histórica (bastante questionável) sobre o surgimento da religião.

Segundo ele sustentava, quando a sociedade começou a se organizar os homens eram quase animais. O macho mais poderoso era aquele que tinha o direito em relação às fêmeas e à autoridade no clã, organizado ao redor de um totem, ou seja, da figura sacra de um animal. Quando se alimentavam da carne de tal animal, a tribo, na verdade, estava adorando o próprio animal. Aconteceu, segundo Freud, que os diversos machos da tribo (irmãos) resolveram matar o macho poderoso (pai) para que pudessem desfrutar também dos privilégios em relação à autoridade e às fêmeas. Depois do assassínio, por remorso, os machos que sobraram passaram a entender que o pai estava imortalizado espiritualmente, mas se comessem a carne do animal sagrado do clã, estariam prestando reverências ao pai morto.

A conclusão de Freud sobre esse conto é que a religião surge do sentimento de culpa do homem desde quando começou a se organizar socialmente. A religião estaria, então, ligada à culpa, à incapacidade diante da vida e às restrições da fase da infância. Uma neurose descartável e nociva ao ser humano.

Em todo este estudo que envolve o ateísmo (principalmente Marx, Nietzsche e Freud), pode-se tirar uma conclusão comum a respeito desses filósofos que é particularmente interessante: todos eles, sem exceção, eram homens de grande capacidade intelectual. Se considerarmos que estamos diante de um estudo sobre filosofia, concluímos que qualquer informação sobre a inteligência desses homens é redundante. Mas a verdade é que o ateísmo teórico (resgatando a diferenciação feita no início deste tópico) é caracterizado por ser adotado sempre por homens de extrema inteligência.

Uma conclusão que se pode tirar deste parecer é que o ateu teórico, por excelência, não é um indivíduo despreocupado em relação às questões de Deus ou da religião. Muito pelo contrário, é alguém que busca a Deus, que se interessa pelo assunto, que procura explicações a respeito do tema. Os ateus teóricos se caracterizam pela extrema inteligência, por seus predicados intelectuais e pela forma ao mesmo tempo interessante e absurda com que resolvem seu dilema: a negação. Se Deus não pode ser totalmente explicado, então ele não existe.

É justamente neste ponto que a inteligência desses homens entra em ação. Ou seja, formulam teorias a respeito de Deus e da realidade que deveriam ser encaixadas em um sistema com explicações completas, de caráter objetivo e intelectualmente aceitáveis. Mas o fato é que Deus não cabe em um sistema. A conclusão intelectualmente aceitável que se tira é que Deus não existe.

Outra informação um tanto quanto interessante a respeito desses teóricos que negam a existência de Deus é seu grande interesse pelo assunto. Mas, para seu próprio desgosto, as respostas lógicas que encontraram para o tema são, evidentemente, poucas. Foi assim no passado e é assim hoje: o ateu teórico, quase sempre, é alguém muito inteligente, mas que se recusa a aceitar o elemento "fé" em suas proposições.

Sob sua perspectiva, fé e verdade não se misturam. Assim, fica impossível de se encontrar Deus.

Quanto à sua leitura do fenômeno religioso, trata-se de uma prática dos alienados (Marx), dos infantis (Freud) e dos covardes (Nietzsche).

Capítulo 4

▼ A formação do pensamento pós-moderno

Há, na avaliação dos últimos séculos, uma dinâmica seguida pela filosofia e pela religião no que diz respeito às teorias e elaboração de sistemas de pensamentos. É necessário que se faça uma consideração detalhada sobre esses ciclos para que possamos compreender a realidade em que vivemos hoje.

Já é sabido que o período da Idade Média foi um tanto quanto obscuro em relação às artes, à cultura e ao pensamento humano. Por estas razões, a Idade Média recebeu o apelido, entre os historiadores, de "período das trevas". O próprio nome Idade Média já é um termo pejorativo que coloca esse período, relativamente longo (1000 anos), entre dois períodos distintos.

Também já foi mencionado que a Idade Média foi um período de repressão profunda por parte da Igreja Católica. As indulgências, como prática sistemática, são uma mancha de destaque na coleção de aberrações da instituição religiosa que enriqueceu assustadoramente durante esses séculos de engano e mentira. A Igreja mantinha um esquema de repressão fundamentado na crença de um povo que, por não ter acesso às Escrituras Sagradas, não conhecia o seu conteúdo. Por isso foi um período marcado pela ignorância quase que total e completa.

No século 16, mais precisamente em 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero, monge agostiniano, prega suas teses contra a Igreja Católica na porta da catedral de Wittenberg. Começava a Reforma Protestante, movimento que disponibilizava a Bíblia no idioma popular em várias regiões da Europa e colocava em cheque a autoridade fraudulenta e, até então, incontestável dos religiosos ligados ao papa. Pregava-se, agora, a salvação pela graça. Durante essas mudanças, percebeu-se que o período dominado pela Igreja Católica não conseguiu resolver os problemas da humanidade.

Surgiu, então, uma nova era para a humanidade (particularmente para o mundo ocidental). Esquadras de navios começaram a cruzar os oceanos em busca de novas terras. Homens como Galileu e Copérnico passaram a fazer descobertas fantásticas no campo das ciências naturais. A liberdade de expressão passava a existir de fato com os iluministas e a Revolução Francesa, pregando "liberdade, igualdade e fraternidade". A religião toma um novo rumo como fruto do esforço dos diversos reformadores. Assim foi o período subseqüente à Reforma. Então, percebeu-se que o período da razão e da rejeição aos dogmas religiosos não conseguiu resolver os problemas da humanidade.

Daí começa, no fim do século 18, e início do 19, principalmente na Inglaterra, um movimento que daria outros rumos à Europa e ao mundo: a Revolução Industrial. O período foi marcado pela substituição de algumas atividades que, anteriormente, eram realizadas por pessoas. Surgia a época das máquinas. Mas isso não chegou a prejudicar o emprego dos cidadãos. Muito pelo contrário, a demanda dos produtos industrializados passou a crescer assustadoramente e as fábricas e indústrias necessitavam cada vez mais de trabalhadores para operar as máquinas. A industrialização chegava à Europa e, com ela, um novo tempo, que atravessou mais um século. Então, percebeu-se que o período dominado pela industrialização não conseguiu resolver os problemas da humanidade.

No século 20, havia comunicação global. Muitas tecnologias foram aprimoradas. A diplomacia passou a ser uma realidade depois de séculos de barbarismo, invasões, etc. Parecia que o homem tinha se dado conta de que todos habitamos o mesmo lugar e que, mais do que diferentes povos, somos, sem exceção, parte de um todo: a raça humana. Aí entra o grande paradoxo: nunca houve, na história da humanidade, tantas guerras, durante tanto tempo, envolvendo tantas nações diferentes. Guerras mundiais, destruição em massa, conflitos étnicos, tecnologia para a elaboração de bombas nucleares e outros acontecimentos escandalizadores foram constantes durante o último século. Percebemos que a consolidação da civilização e a comunicação global não conseguiram resolver nossos problemas.

A pós-modernidade, então, nos recebe de braços abertos. Vivemos o tempo em que nada mais faz sentido. As instituições religiosas não fazem mais sentido. Os avanços tecnológicos, que deveriam produzir bem à humanidade, não fazem mais sentido, porque produzem guerra. A civilização é uma piada, pois nunca se guerreou tanto quanto no século 20. Nada mais faz sentido.

O período em que vivemos é caracterizado pela subjetividade e pela indiferença. A droga mata não porque falta conscientização às pessoas, mas porque os indivíduos não ligam mais se vão morrer ou não. Os ícones da sociedade são os famosos que morrem ou de overdose ou de doenças sexualmente transmissíveis. Os grandes homens são os que outrora seriam objetos de vergonha e desprezo.

Em relação à religiosidade, nunca surgiram tantas novas religiões, tantas seitas e tantos movimentos. Diferentemente de outros tempos, hoje já não é necessário que um grande homem, com grandes idéias, inicie seu movimento para ajuntar para si seguidores. Qualquer lunático pode inventar que teve uma visão de alienígenas que habitam Saturno e prometeram vir à Terra buscar homens e mulheres mais espiritualizados do planeta. Hoje, nenhuma instituição religiosa tem credibilidade para dizer que tal lunático está errado, porque todas as instituições religiosas tiveram seu tempo e não solucionaram os problemas da humanidade. Os céticos, racionais, não têm como dizer ao lunático que ele é um lunático, pois a razão já teve sua época para resolver os problemas da humanidade e não o fez. Os homens da tecnologia e do último século não podem querer impor seu pensamento, pois também falharam. Na pós-modernidade vale tudo. Nada pode ser contestado. E quase nada faz sentido. Este é o tempo em que vivemos.

Para entender uma seita, na qual os integrantes se alimentam de luz e praticam suicídio coletivo, é necessário entender que vivemos a pós-modernidade, quando nada faz sentido. Para entender um grupo de pessoas que vai a uma casa noturna pular ao som de uma batida única e contínua, por cerca de oito horas seguidas, em níveis de volume ensurdecedores, é necessário entender que vivemos a pós-modernidade, quando nada faz sentido. Para entender jovens que furam o próprio corpo com 100, 120 argolas (*piercings*) para depois serem suspensos por estas argolas, é necessário entender que vivemos a pós-modernidade, quando nada faz sentido.

A pós-modernidade também tem criado um ser humano egoísta, fechado e alienado (mais do que em outras épocas). Esta conclusão pode ser feita com base no que temos observado em relação à sociedade atual. Vivemos dias em que, como já explicado, nada faz sentido. E isso tem despertado um sentimento geral de "cada um por si". E podemos perceber claramente este tipo de sentimento nos povos (países), nas culturas e em cada pessoa, individualmente. O senso de grupo tem perdido, cada vez mais, a sua força. Uma das principais razões responsáveis por isso é a diversidade de escolhas que podem ser feitas, ou seja, a oferta de opções para a vida.

Tais opções existem em diversos aspectos do campo social e se mostram bem mais evidentes no mundo ocidental. Enquanto no passado uma comunidade vivia à base de criação de animais, cultura de algum produto agrícola e confecção de suas próprias roupas com algodão, lã ou peles de animais, hoje existe um supermercado, onde a pessoa entra e faz sua opção para cada produto, podendo escolher, na seção de derivados de tomate, entre polpa, molho pronto e extrato. Considerando a existência de dez fabricantes para cada um deles (dez para polpa, dez para molho e dez para extrato), o indivíduo tem aproximadamente trinta opções (de preço e qualidade) para misturar com um prato de macarrão. Isso se não optar pelo molho branco.

Consideremos, agora, uma residência com quatro pessoas de diferentes idades. O interesse por programas de televisão é, evidentemente, diferente entre os moradores. Na pós-modernidade, não há problema, porque cada um tem um aparelho de televisão no próprio quarto. E esse aparelho está conectado a um cabo externo de programação paga que oferece a seus clientes mais de oitenta e cinco canais diferentes de entretenimento. Tamanho "conforto" significa que não há necessidade de convívio entre os moradores da casa. Ou seja, eles não precisam aprender a conviver com o gosto alheio e saber dividir seu tempo para que possam ficar juntos. Não precisam, ou melhor, não têm a necessidade de passar por isso. É a pós-modernidade com o seu culto à individualidade.

No quarto, dois irmãos de idade próxima dormem em camas separadas por um metro de distância. A verdade é que eles têm gostos e interesses diferentes. Isso, no entanto, não é problema, pois a Internet irá ajudá-los nessa questão. Cada um deles pode escolher um site de bate-papo em que os integrantes se reúnem de acordo com suas afinidades. Torna-se desnecessário um convívio entre os irmãos. Ou seja, não abrem mão daquilo que gostam para poder passar tempo um com o outro. A realidade na pós-modernidade mostra que, em alguns lares, existe mais afinidade entre amigos virtuais do que entre irmãos que dormem no mesmo quarto. Há um culto à individualidade.

No que diz respeito ao relacionamento conjugal, tornou-se um absurdo os números de divórcio no Ocidente. A verdade é que, na pós-modernidade, todos têm o direito de trocar de parceiro quando estão com vontade de fazê-lo. Muito mais simples do que a tentativa de reconstruir juntos algo que está em pedaços é a opção por recorrer ao individual; ou seja, cada um vai atrás de sua felicidade. A sociedade pós-moderna nos faz levar tudo (absolutamente tudo) para o campo individual, para o proveito individual, para a escolha individual. Todos os aspectos sociais nos encaminham para isso: o egoísmo. Há um culto à individualidade.

Em verdade, o culto à individualidade está intrinsecamente ligado à percepção que o homem tem de que agora "é cada um por si". Esse processo histórico, de tentativas falhas para a resolução dos problemas da humanidade, gera um sentimento de desconfiança em todos e uma sensação de que cada indivíduo deve fazer suas próprias tentativas (façam sentido ou não) para alcançar a felicidade e obter respostas. A verdade é que o erro se mostra o mesmo das proposições anteriores: a busca da solução no próprio homem.

Interessante é que o culto à individualidade existe desde que Adão desejou ser igual a Deus e comeu do fruto que não deveria ter comido. O que se pode concluir é que, apesar de se mostrar presente em essência desde a "queda", o culto ao ego tem encontrado uma nova maneira de se manifestar na forma de pensar do homem moderno.

O fato é que o culto à individualidade se mostrará falho. O homem perceberá que as respostas que busca não serão alcançadas se resolver chamar para si mesmo a responsabilidade. A união entre o individualismo e os avanços tecnológicos não conseguirá apresentar respostas contundentes e definitivas para o ser humano. O vazio da necessidade de um encontro com o sobrenatural vai persistir. Nesta dinâmica, há uma luz no fim do túnel. A frustração, por conta da falha do individualismo e pela ausência de respostas, apesar dos avanços da tecnologia, pode abrir uma brecha para a Igreja.

Alguém já disse uma vez que poderemos ter um avivamento espiritual dentro de muito pouco tempo. Existem algumas razões que sustentariam esta conjectura. O fato é que o cristianismo tem se mostrado forte em alguns lugares do mundo que outrora eram fechados (China, Cuba, Antiga URSS, Índia, entre outros países), o que facilita o crescimento da pregação do evangelho e a apresentação do reino de Deus em todas as regiões do globo. Os avanços tecnológicos também estão em um ritmo de evolução inacreditável. Por esta razão, há quem diga que, dentro de alguns anos, o homem perceberá que não existe resposta para tudo e, então, terá de se encontrar com Deus.

Mesmo com tantas maravilhas tecnológicas (o genoma humano sendo decodificado, os clones como uma realidade, os telescópios espaciais sendo capazes de alcançar galáxias que distam milhões de anos-luz da Terra), o homem continuará tendo as mesmas perguntas e continuará sem suas respostas. Deus espera que a Igreja continue presente e atuante para que seja usada em um avivamento que traga respostas para toda esta dúvida que insiste em perseguir a humanidade.

A pós-modernidade é o tempo em que vivemos e é necessário entendê-la à luz do processo histórico do qual ela faz parte. A função da Igreja não se apresenta muito diferente do que foi em outros tempos. Durante a história, o ser humano fez suas tentativas em busca dos enigmas existenciais e da própria felicidade. Os sistemas filosóficos nada mais eram do que formulações de teorias com a finalidade exata de encontrar estas respostas e, conseqüentemente, a felicidade. Apesar de ser menos acadêmica, menos enigmática e menos teórica, a pós-modernidade se mostra uma filosofia popular, quase imperceptível, e terá seus dias de frustração e declínio, como todos os outros sistemas anteriores. Podemos ter certeza disso, a não ser que o tempo que o Pai reservou para dar conta dos tempos chegue logo.

O conceito de verdade e seu relacionamento com as religiões

Uma vez trabalhando a questão do conhecimento — como alcançá-lo e desfrutar de seus benefícios —, há uma necessidade automática de tocar no assunto "verdade". Os conceitos tornam-se bem próximos, uma vez que existe uma finalidade objetiva quando se busca o conhecimento: chegar à verdade. É com este pensamento que abordaremos o conceito de verdade e alguns temas relacionados a este conceito.

Quando tratamos do tema "verdade", é preciso identificar as várias alegações de um grande número de religiões sobre o conhecimento da verdade. Isto está ligado aos princípios que cada uma delas julga ser relevante e às práticas que elas entendem ser necessárias. Fica evidente que, com tantas perspectivas e caminhos diferentes, é impossível que todas as religiões estejam levando à mesma verdade.

Para discorrer sobre este assunto, precisamos considerar alguns pontos principais e comuns a todas as perspectivas: a verdade está oculta, não disponível a todos a qualquer momento. A verdade deve ser buscada com diligência. A verdade é encontrada quando algumas medidas são tomadas, algumas práticas adotadas e alguns princípios valorizados.

Do lado da filosofia, os pensadores viveram tentando elaborar teorias e linhas de pensamento que pudessem gerar conhecimento de fato e, conseqüentemente, levar à verdade. A verdade seria alcançada quando um indivíduo fizesse a opção correta ao olhar para a realidade, para os fatos e para a história. Do lado da religião, os movimentos sempre estabeleceram sistemas cultuais, de práticas e rituais, que julgavam ser o caminho para se chegar à verdade. Há, então, uma necessidade de adequação por parte de um indivíduo para que consiga chegar ao conhecimento da verdade defendido pelo grupo do qual faz parte.

Em um princípio de relativismo, alguém poderia afirmar que, sem que haja atenção especial para as formas, o importante seria o conteúdo de cada proposta religiosa. Uma vez que a ética, a justiça, a verdade, o amor e a rejeição ao erro estariam presentes na grande maioria das propostas religiosas, pouca relevância teriam as formas cultuais que cada uma delas exige.

Ainda dentro desta perspectiva, o que se poderia afirmar é que as questões de prática devem mesmo cair para segundo plano na busca pela verdade quando consideramos que muitas das diferenças surgem por questões exclusivamente culturais e, por conta disso, a cultura deve realmente ser algo levado a um segundo plano.

No ideal cristão, a verdade é uma revelação máxima de Deus para a humanidade. A verdade está em Cristo e em sua missão confiada por Deus. Fazendo o caminho inverso das religiões, a ética, a justiça, a honestidade e a rejeição ao erro se apresentam como resultados de um contato com a verdade e não como meios para encontrá-la.

O evangelho de João traz um trecho em que Cristo discute com religiosos judeus e faz a afirmação de que eles conheceriam a verdade e a verdade os libertaria (8.32). Isso se encontra em um contexto em que Jesus está defendendo sua missão de vir em nome de Deus para proclamar as boas-novas do reino. Desta forma, Jesus está ligando o conhecimento da verdade ao reconhecimento de que ele, de fato, vem da parte de Deus e com a missão de se revelar como Deus, Emanuel (Jo 5.21; 6.57; 10.30). Então, fica claro que o conhecimento da verdade está ligado ao ato de identificar nele o enviado de Deus, o exemplo máximo, o Cordeiro que tira o pecado do mundo (Jo 1.29).

Tendo uma visão mais ampla, a verdade cristã está relacionada diretamente à revelação de Deus em todo o seu processo de escolhas e alianças (Abraão, Israel, Davi, etc.) e ao ápice desta revelação: Jesus. Na teologia joanina, fica claro que a verdade estava com Deus aguardando para se manifestar aos homens (Jo 1).

Em resumo, a verdade cristã está absolutamente ligada à revelação de Deus e a Jesus Cristo, como revelação máxima.

Capítulo 5

▼ O problema do mal

Lee Strobel é um jornalista evangélico americano e em seu livro, *Em defesa da fé*, relata uma viagem que fez pelos Estados Unidos entrevistando as maiores autoridades em teologia do país. Sua viagem e entrevistas tinham como finalidade colher depoimentos e explicações daqueles teólogos sobre uma questão um tanto quanto incômoda: o problema do mal.

Em verdade, sua pesquisa foi motivada por um acontecimento especial. Strobel teve contato com um homem chamado Charles Templeton que passou parte de sua juventude ao lado de Billy Graham, em cruzadas evangelísticas e em encontros da juventude evangélica americana. Os dois tinham atuação relevante nos movimentos de proclamação das boas-novas ao público estudantil.

Certa vez, Templeton adquiriu uma edição da *National Geographic* que publicava uma matéria sobre a fome no mundo e, como ilustração, trazia na capa uma mulher africana, com aspecto esquelético, carregando o filho moribundo nos braços. A foto chocante representava a realidade que o texto se propunha a abordar. Templeton, então, levantou algumas questões a respeito do mal e da existência de Deus, e questionou a "indiferença" deste Deus em relação ao sofrimento do homem. Fazendo suas ponderações e tirando suas próprias conclusões, avisou ao amigo Billy Graham o seguinte: estava abandonando a fé cristã.

É o triste relato de um homem que, depois de ter tido contato com o evangelho, com a cruz de Cristo, deixou tudo por não compreender algumas questões a respeito do mal. Em teologia, tal como em filosofia, chamamos este estudo de "o problema do mal". É um assunto que persegue o homem desde os tempos mais antigos e que tomou proporções especiais durante a fase dos pais da Igreja — a patrística —, quando homens de Deus começaram a tentar conciliar teologia e filosofia.

Neste estudo do problema do mal, algumas questões de caráter filosófico são formuladas para que teologia e filosofia tentem dar suas respostas. Dentre os questionamentos, os mais comuns são:

Por que o mal existe?
Quem criou o mal?
Se Deus existe, por que existe o sofrimento?
Como Deus permite que haja sofrimento?

Notamos que a grande dificuldade é a conciliação entre a existência de um Deus soberano e o mal, gerando tanto sofrimento para o ser humano.

Podemos começar a falar do mal em relação à sua origem. É um assunto que, invariavelmente, nos leva a buscar um culpado. A verdade é que não há um culpado pela "criação" do mal. Nem Deus, nem o diabo, nem o homem. O mal não *foi* criado, nem *é* criado. O mal existe como a ausência do bem. Para tratar deste assunto, há a ilustração simples, mas bem elucidativa da luz.

A luz existe. Trata-se de ondas que caminham pelo espaço, proporcionadas por energia, que entram em contato com os objetos e refletem a sua superfície. Podemos enxergar as coisas à medida que a luz entra em contato com os objetos, causando o reflexo. A luz pode ser criada, a escuridão não. A escuridão é exatamente a ausência da luz. A escuridão não pode ser criada, feita ou proporcionada. Ela existe somente quando não há luz. O mal existe quando não há o bem. Não é necessário um criador, alguém que "invente" ou crie o mal. Ele existe somente quando o bem não está lá. Esta explicação é básica para que não se busque um culpado para a criação do mal, pois, se o mal fosse criado por Deus, então Deus não seria totalmente bom. E se o mal fosse criado por alguém que não Deus (no caso, o diabo ou o homem), então Deus não seria o criador de todas as coisas. Ninguém criou o mal. Ele simplesmente existe.

Dando prosseguimento ao assunto do mal, é necessário mencionar o Éden. Deus, em seu plano de criação, fez um ser com capacidades para tomar decisões (Gn 2.19). Em sua livre escolha e de responsabilidade totalmente particular, o homem optou por desobedecer a Deus e fazer aquilo que é errado (Gn 3). Cometeu o primeiro pecado. Neste processo, a humanidade sofreu as conseqüências do primeiro pecado, o pecado de Adão, também chamado de "pecado original".

Diante do nosso tema, surgem alguns pontos que já podem ser discutidos. Seriam eles: 1) A criação de um ser capaz de pecar e 2) A influência do primeiro pecado sobre toda a humanidade. Em relação à capacidade do homem de pecar, a questão de conflito é a seguinte: Por que Deus, sabendo que o homem iria pecar, fez o homem com tal capacidade?

Os questionadores que rejeitam a existência de um Deus onipresente, onisciente e onipotente fazem a seguinte pergunta a respeito da criação de um ser capaz de pecar: "Por que criá-lo?". Quanto a este argumento, uma das teorias caminha no sentido da "maximização" da vontade do homem. Um ser criado somente para obedecer faz do mundo um lugar belo. Um ser capaz de obedecer, porque deseja obedecer, faz do mundo um lugar mais belo ainda. A livre escolha do homem é algo sublime, que faz do homem um ser à imagem e semelhança de Deus. Sem escolha, não haveria humanidade. A escolha entre o bem e o mal é fundamental para a compreensão de quem somos. Pensar em um ser que não pudesse escolher o errado é pensar em um outro ser que não o homem. O homem é imagem e semelhança, é escolha, é liberdade. Se não houvesse liberdade não haveria humanidade.

Mas aí os questionadores podem levantar outro ponto: se Deus sabia que o homem iria errar, o Senhor não deveria ter criado o ser humano. Para refutar tal argumento, lançaremos mão de outra ilustração. Imaginemos, então, uma criança, um menino. Esse menino tem uma limitação mental que faz que ele seja somente capaz de se alimentar e cuidar de suas necessidades primárias. O resto de seu dia ele passa deitado em uma cama olhando para o teto, quase como um vegetal. Um médico diz para os pais que uma operação extremamente simples permitirá que ele tenha uma vida normal: ir à escola, fazer amigos, estudar, praticar esportes, se interessar, no futuro, por uma profissão, uma namorada, etc. Com isso, o menino também terá contato com frustrações, derrotas, notas ruins, desilusões amorosas, etc. Submeter esta criança à permanência em uma vida com limitações é tão irracional quanto alegar que Deus não deveria dar ao homem a capacidade de errar. O homem é infinitamente mais precioso sendo capaz de errar e de sofrer as conseqüências de seus atos do que sendo incapaz de realizar estas decisões que levam também ao sofrimento. Repetimos: se não há escolha, não há humanidade.

Quanto à questão da influência do pecado original sobre o resto da humanidade, há os que mostram indignação com a realidade de que o pecado de uma pessoa tenha recaído sobre todos os seus semelhantes (1Co 15.22). Pensam que isso é uma tremenda injustiça. Também é necessário compreender que existem algumas teorias a respeito do assunto. Comecemos pela da hereditariedade.

Há uma corrente que entende que a transmissão do pecado é feita pelo ato sexual. Nesta linha de pensamento, um ser caído, como Adão, passa sua pecaminosidade a seus descendentes pelos elementos físicos. O pecado seria então hereditário, estaria ligado à genética. Sob esta perspectiva, não há como escapar do pecado, porque o pecado está presente na concepção.

Não é assim que pensava Agostinho, bispo de Hipona e pensador cristão. No seu entendimento, o pecado estava presente na espiritualidade. Era, de fato, hereditário, mas não na carne, e sim no espírito. O homem tem um espírito contaminado. Sob esta perspectiva, o pecado original causa a queda da raça, não pelo indivíduo ser culpado do pecado de Adão, mas pelo fato de o pecado ter dado a todos os homens um espírito deficiente, inclinado ao erro. Nesta linha de raciocínio, o pecado de Adão atinge a todos, mas a culpa do pecado é particular e intransferível.

Assim, entendemos que o pecado está relacionado com a vontade e a consciência. À medida que há consciência, há culpa. Enquanto não há consciência, não há culpa. Firma-se aí a base para a doutrina da condição espiritual das crianças que vêm a falecer.

Os que rejeitam (ou não se conformam) com a doutrina da influência do pecado de Adão sobre toda a raça têm de entender uma verdade: cada um tem sua própria responsabilidade quanto ao pecado e condenação (Rm 6.23). É verdade que herdamos um espírito falho, *fruto* do erro de Adão, mas é fundamental compreender que cada um é responsável pelo seu próprio pecado. A nossa condenação é por conta da nossa própria culpa.

A parte boa de tudo isso é que o cristianismo tem as respostas para todas estas questões (absolutamente relevantes). Ao nos aproximarmos da fé cristã, devemos ter total consciência de que se trata de uma confissão que leva em consideração tanto os aspectos de fé quanto os aspectos da razão. Depois de uma série de perguntas (e respostas) pitorescas sobre o problema do mal, o cristianismo apresenta um plano de "correção" e "redirecionamento" para a humanidade.

É interessante perceber que este redirecionamento, proposto pelo cristianismo, é o mais coerente diante de todo o ocorrido na queda. Enquanto outras confissões e filosofias religiosas propõem caminhos para serem traçados por aqueles que desejam alcançar o favor divino (seja a divindade qual for), o cristianismo não fala de outro tema a não ser a graça. Salvação se alcança por graça divina (Ef 2.8). O caminho que se requer que um cristão trace em sua vida é fruto de graça e não *meio* para se alcançar a graça.

Para aqueles que resmungam, afirmando que as explicações do cristianismo são extremamente simples para questões tão conturbadas e delicadas da realidade humana, o "antídoto" (se é que podemos usar tal termo) também é uma realidade simples, palpável e eficaz: graça que Deus concede sem cobrar nada em troca.

Por mais que outras religiões queiram enxergar "equilíbrio" entre o bem e o mal, por mais que outros sistemas religiosos queiram enxergar que o mal tem seu lugar definido e necessário no mundo, por mais que outras seitas enxerguem até méritos em fazer o mal, o pensamento cristão assume que o mal é algo terrível, prejudicial e nocivo ao homem. De fato, o mal precisa acabar, ser vencido, e é justamente isso que acontece. A fé cristã não pensa em equilíbrio, muito menos em um papel nobre a ser exercido pelo mal na vida do ser humano. É por esta razão que Cristo venceu a morte e todo o mal será vencido de forma definitiva quando chegar o tempo em que o Deus dos séculos decidir que assim deve acontecer.

É por isso que o princípio cristão entende que há verdade na paradoxal expressão "o mal não é bom". Definitivamente, o homem não foi feito para sofrer. O próprio Deus oferece um meio de resolver a questão. O sofrimento não foi feito para punir o homem e o cristianismo entende que o mal é de fato uma realidade. Mas as Escrituras, a história e a fé são elementos que nos levam a compreender o problema do mal e a esperar pelas vitórias que nos são prometidas (Rm 8.37).

Capítulo 6

▼ O universalismo e o aniquilacionismo

O cuidado com a interpretação bíblica deve sempre estar em discussão. Muitas vezes, um indivíduo faz uma nova interpretação de uma verdade bíblica com a melhor das intenções, mas os resultados — em alguns casos — são desastrosos. A responsabilidade e o amor devem sempre ser elementos direcionadores para aquele que faz uma nova leitura a respeito de algum ensinamento bíblico. Em alguns casos como este, de novas interpretações, a Igreja pode aprender e ter uma nova visão. Em alguns outros casos, a nova interpretação pode levar a desvios sérios: seitas e heresias. Por conta disso, todo aquele que se dedica ao estudo da Palavra e à sua interpretação deve ter em mente os princípios de amor e precaução.

O que se deseja então é que, na formulação de um pensamento — seja ele qual for — o estudioso se baseie na Bíblia, na exegese correta, na opinião de outros homens de Deus (também estudiosos), na tradição (estudiosos de outros tempos) e no direcionamento que o Espírito dá para aqueles que interpretam as Escrituras (iluminação).

Universalismo e aniquilacionismo são doutrinas (ou assuntos) que dizem respeito especificamente à salvação (ou a uma realidade vindoura). Trata-se de duas teorias que tentam traçar uma linha doutrinária para "salvação" e "inferno" de forma diferente da que conhecemos hoje. São teorias que negam a existência de um inferno eterno. Resumidamente (nos aprofundaremos mais adiante), o inferno é passageiro e serve para o reconhecimento da soberania de Deus e conversão dos ímpios (universalismo) e para a punição dos ímpios antes de serem aniquilados (aniquilacionismo).

Para termos uma idéia da profundidade a que o assunto pode chegar, John Stott, respeitadíssimo teólogo cristão e pastor anglicano, tem suas incursões pela teoria aniquilacionista e formulou algumas teses a respeito do assunto.

Vale dizer que a teoria aniquilacionista foi, por algumas vezes, mencionada entre os estudiosos do cristianismo durante os séculos, mas nunca teve representatividade ou força na corrente principal de pensadores da Igreja e estudiosos da Bíblia. Em intervalos cíclicos, o aniquilacionismo tenta voltar às rodas de discussão teológica, mas sem argumentação suficientemente coesa.

Inicialmente, falemos do universalismo. Há como flexionar o termo para duas utilizações distintas. A primeira delas é um universalismo que está fora das discussões teológicas. É o pensamento ligado à Nova Era, que afirma que todos os tipos de fé são válidos para que se chegue à salvação e à vida eterna. A segunda forma de compreender o termo (que é a que nos interessa) é utilizá-lo para identificar a teoria que afirma que o inferno é passageiro, de forma que todos chegariam ao céu e desfrutariam da salvação de Deus. Haveria, então, uma salvação universal.

O universalismo baseia sua defesa na idéia de que um lugar para tormento eterno é cruel, não condizente com o desejo do coração de alguém que já foi salvo. Não haveria somente alegria no céu se os santos soubessem que ainda existem pessoas sofrendo (e que iriam permanecer sofrendo). Parece cativante o argumento principal dos universalistas, mas é clara e frontalmente contra o que consta nas Escrituras a respeito da realidade vindoura. De fato, seria maravilhoso que todos se encontrassem arrependidos e glorificando a Deus eternamente, mas não é isso que a Bíblia apresenta.

Continuando sua defesa, os universalistas crêem que o inferno apresentado pela Bíblia é passageiro e tem uma finalidade específica: punir aqueles que não se arrependeram em vida para que reconheçam sua condição pecaminosa e alcancem o favor divino. Essa teoria, porém, não tem quase nenhum argumento consistente, somente a misericórdia no coração de quem não gosta da idéia de saber que pessoas sofrerão eternamente. A verdade é que algo que dói no coração humano não pode se transformar em um princípio doutrinário para a Igreja de Jesus.

O aniquilacionismo, por sua vez, apresenta uma divergência substancial em relação aos argumentos do universalismo. Ou seja, não se baseia tão somente na misericórdia por saber que pessoas irão sofrer eternamente, antes, afirma ter encontrado alguma (pouca) fundamentação bíblica para sustentar sua linha de pensamento. Por mais que haja uma exegese "diferente" em sua interpretação, a diferença é que ainda há uma preocupação em levar em conta as considerações que a Bíblia faz sobre o assunto.

Para o aniquilacionismo, o inferno também é passageiro. A diferença básica é o que acontece depois deste sofrimento passageiro: há uma aniquilação de quem não foi salvo pelo sangue de Cristo. Um "sumiço".

Quanto a isso, há um grande choque com tudo o que a corrente central do cristianismo sempre aceitou como sendo de correta interpretação. Conforme as proposições aniquilacionistas, quando Jesus estava explicando sobre castigo eterno, estava, em verdade, falando de um castigo que é eterno em sua extensão, em seu efeito. Um ser que é aniquilado, de certa forma, estaria sofrendo um castigo eterno. Esta é uma leitura do inferno que também arrebanha testemunhas de Jeová, adventistas e cristãos liberais.

Houve, na história, algumas teorias associadas à perspectiva aniquilacionista para estabelecer novas fundamentações em relação à doutrina do inferno. Foi justamente este o caso da "teoria utilitarista", que tentava colocar o ensinamento cristão histórico a respeito do inferno em questão. Sua argumentação baseava-se na convicção de que o castigo (ou a punição) em si — sem qualquer perspectiva de melhora para os que sofrem — não é uma medida aceitável. Partindo desse ponto de vista, a idéia da decisão de Deus em manter alguém em permanente tormento após a morte seria indigno de Deus, portanto a posição tradicional sobre o castigo eterno deveria ser abandonada. O melhor seria encontrar outra maneira de explicar os textos que tratam do inferno e do castigo eterno.

Quanto a esse assunto, os aniquilacionistas fundamentam sua argumentação em quatro pontos principais. Como já dito anteriormente, eles procuram embasar sua tese em trechos da Bíblia. E isso é importante porque não montaram um sistema baseado em desejos e vontades próprios. Pelo contrário, entendem que sua posição pode ser tranqüilamente sustentada pela revelação de Deus.

O primeiro argumento é o que trata da questão do termo "eterno". A defesa é no sentido de que "eterno", no grego, significa "que pertence à era porvir". Neste caso, quando se fala em sofrimento eterno não se fala necessariamente em um aspecto cronológico (sem fim), mas em um sofrimento que acontecerá em um tempo vindouro. O grande problema é que o mesmo termo (eterno) que fala de *sofrimento* é o que fala de *vida*. Negar um sofrimento sem fim seria o mesmo que negar uma vida sem fim. Quem não quer afirmar que o sofrimento do inferno é para sempre não pode afirmar que a vida dos salvos é para sempre. É uma questão para se pensar.

Apelando para a filologia, os teólogos que defendem o aniquilacionismo ainda destacam que o termo grego para definir "eterno", quando acompanhado de uma ação, tem seu significado voltado para o resultado da ação e não para a sua continuidade. Explicando melhor, o sofrimento eterno não seria algo contínuo, mas seus resultados (a aniquilação) seriam eternos. Não haveria, então, no inferno, um processo de sofrimento, mas um sofrimento efetuado de uma vez por todas, uma aniquilação.

O segundo argumento é o que trata dos termos que a Bíblia usa para falar do inferno e, conseqüentemente, do sofrimento. As Escrituras falam de fogo inextinguível, mas os teólogos aniquilacionistas direcionam sua tese para a eternidade do fogo e não daquilo que é lançado nele. Nesta argumentação, tudo aquilo que é lançado nesse fogo inextinguível é destruído. Seria absurdo, segundo esta linha de pensamento, pensar em algo que é lançado no fogo e não é consumido, destruído. Tudo o que é lançado no fogo seria consumido eternamente e não atormentado eternamente.

O terceiro argumento é o que entende que o sofrimento eterno para os ímpios é algo totalmente contrário à justiça de Deus. A Bíblia revela, de forma clara e evidente, um Deus justo, que é amor. Um sofrimento eterno seria, segundo a perspectiva aniquilacionista, uma atitude que não estaria em conformidade com o que nos é revelado a respeito da pessoa de Deus.

O quarto argumento, mencionado anteriormente de forma sucinta, afirma que seria impensável a idéia de alegria eterna e completa dos salvos em Jesus se outras tantas pessoas estivessem, em algum lugar, passando por sofrimentos eternos. Isso iria contra a idéia de misericórdia e amor, tanto da parte de Deus quanto da parte dos que são regenerados.

O fato é que a teoria aniquilacionista, mesmo com o aval e a simpatia de uma mente como a de John Stott, já tentou, por vezes, ser aceita e acolhida pela Igreja de Jesus. Devemos, no entanto, lembrar que esta linha de pensamento não é aceita como sendo a de melhor interpretação das Escrituras. Os mais "revolucionários" poderiam pensar que Lutero e Calvino também foram malvistos em seus dias por conta de sua interpretação "diferente" das Escrituras. É necessário, porém, lembrar que ambos viviam em uma época em que não havia liberdade para a leitura do Livro Sagrado e a interpretação da Bíblia, naquele período, era feita por uma Igreja enganadora e exploradora. Hoje, a situação é diferente. Homens de Deus, piedosos e tementes ao Senhor, têm total liberdade para dizer o que pensam a respeito das páginas da Bíblia. A esmagadora maioria trata a questão do inferno com total consenso.

Verdade seja dita. Este diálogo e esta liberdade que existem hoje são saudáveis para que a Igreja sempre esteja alerta e avaliando sua visão do reino. No decorrer dos séculos, novas perspectivas surgiram como resultado do estudo profundo da Bíblia e de vidas dedicadas à oração e à piedade. As melhores lições que podem ser tiradas desta análise sobre as teorias do universalismo e do aniquilacionismo são a liberdade com que a Igreja pode discutir assuntos teológicos (o que seria impossível de acontecer em outras épocas) e o cuidado que se deve ter para com estes debates teológicos. A Bíblia — e sempre a Bíblia — deve ter primazia nas considerações que a Igreja faz a respeito de qualquer assunto.

▼ Conclusão

Como toda disciplina, é necessário que a "filosofia da religião" tenha utilidade prática para quem se aproxima de seus conceitos e temas. Não é intenção de nenhum estudioso que o alvo de seu exame seja apenas para acréscimo de informações. A prática deve existir sempre, paralela à teoria.

Apesar da complexidade de alguns tópicos, a filosofia como um todo é totalmente aplicável à realidade daquele que por ela se interessa. A visão que as pessoas têm do mundo depende bastante da sua linha filosófica, mesmo que não seja algo claro, definido, ou até mesmo compreendido por elas. Também é verdade que as pessoas parecem estar pouco preocupadas com isso quando consideramos a nossa realidade pós-moderna, na qual cada indivíduo está muito ocupado para pensar sobre vida, morte, Deus, etc. Na verdade, sobram algumas lições principais quanto a este estudo de caráter intelectual e faremos alguns comentários a respeito dessas lições.

Há uma verdade inicial que devemos levar em grande consideração: não existe nenhum sistema filosófico completo e perfeito que possa sintetizar de forma absoluta as idéias em discussão. Se considerarmos cada escola filosófica, cada sistema de pensamento, cada teórico, perceberemos que nenhum deles conseguirá ser perfeito e totalmente verdadeiro. Por mais que se debata durante séculos sobre qual é o melhor conjunto de idéias, o fato é que nenhum deles se mostra totalmente capaz.

Uma outra verdade (que pode ser considerada uma falha) dos sistemas filosóficos é a atitude de negação quando não se consegue explicar algo. Durante a história, em intervalos quase regulares, alguém tem uma nova idéia, uma nova visão a respeito da leitura da realidade. Então, essa pessoa passa a rejeitar a visão (sistema) anterior e a defender sua "grande idéia", sua "novidade". Também é verdade que tais novidades nem sempre são novidades. Durante sua explanação sobre os conceitos de verdade, conhecimento e realidade, fatalmente essa pessoa vai deparar-se com conceitos e questões que seu sistema filosófico não conseguirá explicar. Geralmente, é esse o momento da falha de seu sistema: a negação de pontos que não se pode provar.

Em verdade, o que acontece é que alguém acha alguma coisa que, por algum tempo, tem passado de maneira quase imperceptível. Quando não, tal pessoa sente a necessidade de explicar, de forma detalhada, um conceito que muitos já conhecem ou tenta adaptar uma teoria antiga para fazer uma relação com o pensamento moderno. Em todos estes casos, o teórico fica tão deslumbrado com sua idéia (ou sua nova leitura) que acaba montando um sistema rígido que pensa ser perfeito, mas, com o tempo, seu sistema mostra ser falho.

Não que nenhuma idéia seja válida, mas aprende-se que, em filosofia, deve-se tomar muito cuidado em adotar um único sistema filosófico e descartar os demais, pois devemos usar muito bem o senso crítico para a adoção de idéias e a assimilação de conceitos.

Assim como nenhum ser humano tem total capacidade para a compreensão da realidade, nenhum sistema filosófico tem a capacidade para explicar esta realidade. O homem tem capacidades parciais quanto à realidade e os sistemas filosóficos também têm capacidades provisórias quanto a estas explicações. Nenhum homem conhece tudo, nenhuma filosofia explica tudo. Se usarmos de sabedoria, perceberemos que devemos estar atentos para que não adotemos sistemas definitivos.

A respeito da relação filosofia/cristianismo, também existe a necessidade de não alinhar o cristianismo de forma total com algum sistema filosófico específico. Por mais que, no passado, homens tentassem realizar tal feito, sabemos que a tentativa de sobrepor de forma justa e perfeita o cristianismo a um pensamento filosófico é um grande erro. Existem duas razões principais pelas quais esta tentativa deve ser descartada. A primeira é a seguinte: quando se tenta alinhar perfeitamente o cristianismo em uma linha filosófica, será invariavelmente necessário "adaptar" alguns aspectos da fé cristã para que se "encaixem" no sistema. Um erro. A segunda é a seguinte: quando este sistema ruir (o que é bem provável) a fé cristã não pode estar totalmente associada a ele, para que não caia em descrédito.

Em última análise, não devemos agir de forma imatura e impulsiva para adotar sistemas filosóficos novos ou que estão em moda. A fuga do exercício intelectual também não é a saída. Esta atitude de covardia deve ser rejeitada. O envolvimento entre conhecimento e fé é bastante relevante. Devemos ter diligência no estudo das teorias, avaliar tudo à luz das Escrituras, entender de que forma se relacionam e adotar aquilo que está em conformidade com a Bíblia, com o Deus que ela revela (Deus este que podemos conhecer), com o amor a este Deus acima de todas as coisas e com o amor ao próximo, semelhante ao que temos para com nós mesmos (Mt 22.37,39).

Para os que pensam que a filosofia é uma disciplina de aspecto demasiadamente complicado e de pouca utilidade, é necessário lembrar que a filosofia está quase que totalmente ligada à forma com que olhamos para a nossa sociedade, à maneira como nos relacionamos como comunidade, aos princípios que prezamos e aos ideais de vida que julgamos dignos.

Filosofia não é um conjunto de informações colhidas em uma sala de aula (ou em uma obra literária), sendo guardadas depois por não terem utilidade prática e objetiva. Antes, ela penetra nos mais diversos campos do pensamento e relacionamento humanos e retrata toda a forma de pensar de uma época, de um século.

Quando consideramos a "filosofia da religião", o valor se mostra igualmente alto, pois o teólogo tem (invariavelmente) de ser alguém douto no que diz respeito ao rumo que a religião e seus proponentes tomaram durante os séculos. E esse aspecto dinâmico da teologia é extremamente digno de ser analisado, porque a forma como a sociedade se comporta, com o passar dos séculos, é diferente. Diferente também deve ser a aplicabilidade dos princípios absolutos da teologia quando considerados em contraste com as práticas e os costumes da época em questão.

Pensando na teologia como estudo da revelação divina e suas implicações, é fato que a forma como Deus fala hoje para a sociedade atual merece ser colocada em discussão. Só podemos saber o nosso real papel como teólogos quando consideramos a Bíblia, fazemos uma análise da sociedade em que vivemos e aplicamos o conhecimento resultante desta fusão em favor do reino de Deus, para que sejamos sal e luz.

▼ Referências bibliográficas

- ✓ABAGNANNO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ✓BROWN, Colin. *Filosofia e fé cristã*. São Paulo: Editora Vida Nova, 1999.
- ✓CAHN, Steven M., SHATZ, David. *Contemporary Philosophy of Religion*. New York: Oxford University Press, 1982.
- ✓CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- ✓MAY, Rollo. *O homem à procura de si mesmo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- ✓PADOVANI, Umberto A. *Filosofia da religião – o problema religioso no pensamento ocidental*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1968.
- ✓SCIACCA, Miguel Frederico. *O problema de Deus e da religião na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1956.
- ✓SMITH, Huston. *As religiões do mundo*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- ✓STROBEL, Lee. *Em defesa da fé*. São Paulo: Vida, 2002.
- ✓ZILLES, Urbano. *Filosofia da religião*. São Paulo: Paulus, 1991.

www.saberefe.com
Acesse agora!